

60 an  
o Brasil

# Temendo pelo pior

JORNAL DE BRASILIA

18 OUT 1988

Haroldo Hollanda

Greve na Previdência Social, nos portos, na maioria dos ministérios e para hoje está prometida uma paralisação no Banco do Brasil. A inflação aproxima-se neste final do ano da casa dos 30% e até ameaçando ultrapassar esse índice recorde. Segundo opinião quase unânime, ao Governo não restará outra alternativa senão decretar um choque na economia. Seja ele ortodoxo, heterodoxo, mas uma providência qualquer terá de ser tomada, a fim de evitar o pior. O problema, segundo os especialistas, é que com a nova Constituição o Governo já não dispõe de instrumentos cômodos como o do decreto-lei. Terá agora de valer-se das medidas constitucionais provisórias. Mas para se valer desse recurso, o Executivo terá no prazo de trinta dias de obter sua aprovação no Congresso. Basta que o Congresso deixe, no prazo indicado, de se pronunciar sobre a mensagem do Executivo para que todas as medidas solicitadas percam sua

validade.

Diante da gravidade da crise econômica com a qual nos confrontamos, teme-se que se o Governo tomar alguma providência e ela não for respaldada pelo Congresso, possa ser gerada grave crise institucional. Está mais do que comprovado que o Governo não dispõe de uma maioria parlamentar estável capaz de lhe dar sustentação no Congresso. Uma inflação mensal de mais de 20% em qualquer outro país já teria determinado uma crise política insanável. O que se pergunta é por que no Brasil ainda não aconteceu nada de mais grave? No entanto, as lideranças políticas de maior responsabilidade não deixam de manifestar suas apreensões com o que vem sucedendo com o quadro econômico nacional, temendo por um desfecho imprevisível e traumático.

O ministro Maílson da Nóbrega, da Fazenda, em entrevistas, nega seguidamente a in-

tenção do Governo de decretar um novo choque na economia. Pode ser até que não venha um choque, mas alguma medida de maior profundidade terá de ser tomada. É provável que o Governo esteja aguardando a realização das eleições municipais de 15 de novembro para promover a reforma exigida pelas circunstâncias econômicas do momento. Como o grau de credibilidade popular do Governo é mínimo, se alguma providência no campo da economia fosse adotada antes de 15 de novembro teria menores chances de êxito. Todos haveriam de alegar que o Governo estava se mexendo para obter dividendos a políticos às vésperas das eleições.

Não há mais dúvida de que a política do feijão com arroz perdeu toda e qualquer eficácia como instrumento de combate à inflação. Economistas das mais diferentes tendências não disfarçam seu pessimismo e pregam como medida urgente a desindexação geral da economia.